



Demostenes (à esq., ao lado de Casagrande) defende seu relatório na CPI do Apagão Aéreo

## CPI do Apagão rejeita relatório e exclui nove da lista dos indiciados

A CPI do Apagão Aéreo rejeitou ontem relatório de Demostenes Torres que pedia o indiciamento de 23 pessoas por irregularidades no setor aéreo. Por 6 a 1, optou

pelo voto em separado de João Pedro que excluiu nove pessoas da lista, entre elas o ex-presidente da Infraero Carlos Wilson. A oposição protestou. **Página 7**

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.702 – Brasília, quinta-feira, 1º de novembro de 2007

## O país pode abrir mão da CPMF?

Debate sobre a necessidade de recursos para manutenção da estabilidade econômica dividiu opiniões na audiência de mais de seis horas, realizada pela CCJ no mesmo dia em que a Fiesp entregou documento com 1,3 milhão de assinaturas pedindo fim da contribuição

O deputado Antônio Palocci advertiu que o fim da cobrança colocaria em risco o equilíbrio das contas públicas, enquanto o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, assegurou que o país “já ultrapassou a barreira da estabilidade econômica”. A relatora da proposta de prorrogação da CPMF, Kátia Abreu, observou que a derrubada do projeto representaria o início da reforma tributária. Na Câmara, foi aprovada a regulamentação da Emenda 29: o governo decidiu repassar mais R\$ 24 bilhões para a saúde nos próximos quatro anos. **Página 5**



Entre Antônio Palocci (2º à esq.) e Paulo Skaf, Marco Maciel preside audiência na CCJ. A relatora Kátia Abreu recebe documento entregue pela Fiesp com 1,3 milhão de assinaturas pedindo o fim da cobrança da CPMF



### Um código para combater pirataria

O anteprojeto contra a pirataria pode ser transformado em código, segundo afirmou Flávio Arns em audiência na Comissão de Educação. **Página 8**

### Escuta telefônica deve ter novas regras

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado aprovou ontem uma série de critérios para uso de interceptação telefônica em investigação policial. A proposta, que ainda segue para o

exame da Comissão de Constituição e Justiça, visa acabar com “o verdadeiro mercado de escutas telefônicas”, segundo seu autor, senador Jarbas Vasconcelos. **Página 3**

### Indígenas em universidades

Projeto que visa assegurar acesso de indígenas a universidades públicas e privadas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. **Página 2**

Projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e segue para análise da CE

## Proposta dá a indígenas acesso à universidade

Projeto que tem por objetivo garantir aos indígenas a possibilidade de acesso às universidades públicas e privadas, bem como à pesquisa e ao desenvolvimento de programas especiais a eles destinados, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta (PLC 46/07) – que segue agora para exame da Comissão de Educação (CE) –, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) terá um artigo específico prevendo oferta de vagas para indígenas em universidades públicas e privadas. O relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF), favorável ao projeto, foi lido pelo relator *ad hoc*, João Durval Carneiro (PDT-BA).

Cristovam lamentou que o projeto não levantasse, explicitamente, a bandeira de uma universidade multicultural indígena, patrocinada pela União. Considerou, porém, no documento, que

diante da realidade – os índios que freqüentam os cursos de graduação e pós-graduação vivem esse direito como uma conquista individual –, a inclusão de um artigo específico sobre educação superior dos indígenas na LDB já representa um avanço.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a aprovação do projeto facilitará a abertura das portas do ensino superior aos povos indígenas, bem como do desenvolvimento de programas especiais destinados a eles.

### Descontos

Durante a reunião da CAS, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) leu seu relatório apresentado ao projeto de César Borges (PR-BA) proibindo o desconto, nos salários dos trabalhadores, de pagamentos feitos por usuários por meio de cheques sem provisão de fundos ou de cartões de crédito “clonados”.

Segundo a proposta (PLS



Aprovação do projeto foi saudada como um avanço na inclusão da população indígena

194/07), caixas de estabelecimentos comerciais, garçons, cobradores de ônibus ou frentistas dos postos de gasolina não podem ter descontados, em seus salários, quaisquer pagamentos efetuados de forma ilícita.

Garibaldi lembrou que a própria CLT já veda esses descontos, mas afirmou que a proposta deve ser aprovada para estabelecer mais proteção aos salários dos trabalhadores.

Segundo Paim, é comum que

sejam realizados descontos, em salários de caixas, frentistas e outros trabalhadores, quando há problemas relativos a cheques e cartões.

– É claro que cabe ao investidor assumir a responsabilidade do prejuízo, porque o comércio é uma atividade de risco e o trabalhador somente tem o seu salário e não pode auferir lucros extras, como o comerciante – afirmou.

Esse projeto poderá ser votado na próxima reunião da CAS.

### Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário deve analisar transferências para obras do PAC

Às 14h, os senadores retomam as negociações para destrancar a pauta. Entre os itens está o projeto de conversão sobre a transferência obrigatória de recursos para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelos estados, municípios e DF, e sobre a operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social nos exercícios de 2007 e 2008.

### Audiência discute reconhecimento de centrais sindicais

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se, às 9h, para apreciar o requerimento de Paulo Paim (PT-SP) que solicita audiências sobre aposentadorias especiais e cidadania, e o projeto que define como crime o preconceito contra homossexuais. Em seguida, a CDH realiza audiência conjunta com a CCJ e a CAS para debater o reconhecimento das centrais sindicais e o Imposto Sindical.

### CCJ debate com ministros prorrogação da CPMF

Audiência sobre a PEC 89/07, que prorroga a CPMF e a Desvinculação de Receitas da União, será realizada às 10h na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Estão convidados os ministros da Fazenda, Guido Mantega; do Planejamento, Paulo Bernardo; da Saúde, José Gomes Temporão; e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

## Qualidade de medicamentos será debatida por subcomissão

Questões emergenciais da saúde pública devem ser debatidas pela Comissão de Assuntos Sociais, atendendo a requerimento de Papaléo Paes (PSDB-AP).

O objetivo do senador é discutir, especialmente, o problema enfrentado por usuários de medicamentos que não têm similar nacional, como é o caso dos consumidores de Maliasin, de prescrição neurológica.

De acordo com a solicitação, a audiência, a realizar-se no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e

Defesa da Saúde, da CAS, deverá ter como convidado o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo; o representante dos usuários de medicamentos importados Ruy Coutinho; e o médico oncologista do Hospital Universitário de Brasília Murilo Buso.

Também devem participar da reunião Nancy D'Arienzo, representante da Trade Farma Importadora; e Mara Keller Sartori, do Sistema Ambulatorial do Hospital Erasto Gaertner.



O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu o presidente do Conselho Distrital de Fernando de Noronha, Otávio Minervino da Silva Filho. Na foto, João Paulo

Nascimento (assessor jurídico do conselho), Otávio Minervino, Tião Viana, Marilde Martins da Costa (conselheira distrital) e Fernando César Mesquita, que já governou Fernando de Noronha.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Virgínia Galvez

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Antônio Carlos Valadares, Epitácio Cafeteira e Mão Santa

Geraldo Magela



**Gilvam Borges: luta em prol do ensino superior será retomada**

### Gilvam anuncia emenda para recuperar Unifap

Gilvam Borges (PMDB-AP) informou que a bancada do Amapá apresentou emenda no valor de R\$ 8,9 milhões à Lei Orçamentária Anual, recursos que visam à recuperação da estrutura física da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e de hospitais de ensino. Ele anunciou também que a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública decidiu retomar a luta em prol do ensino superior.

– Sem educação, a cidadania é uma utopia – assinalou o senador.

Geraldo Magela



**Hospital tem R\$ 700 mil em caixa que não pode usar, diz Osmar**

### Osmar Dias relata burocracia no Hospital de Curitiba

Osmar Dias (PDT-PR) chamou atenção para as dificuldades enfrentadas pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (PR). Conforme o senador, 35 das 40 cirurgias de emergência que o hospital realiza diariamente estão sendo canceladas por falta de anestésicos e fios cirúrgicos. Ele informou que o hospital tem cerca de R\$ 700 mil em caixa, mas não pode usar esses recursos para compra de material, pois depende de autorização do Ministério da Educação.

Jarbas Vasconcelos afirma que sua proposta não cria dificuldade à investigação; apenas estabelece critérios e impõe necessidade de fundamentação sólida à autoridade judicial

## Comissão aprova mais rigor nos critérios para escuta telefônica

Projeto de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que altera os procedimentos das interceptações telefônicas teve parecer aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta tem o objetivo de definir critérios mais rigorosos para a autorização da prática. Jarbas afirmou que as mudanças seriam necessárias “para moralizar aquilo que hoje se transformou em um verdadeiro mercado de escutas telefônicas”.

A matéria (PLS 525/07) ainda tem de ser examinada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em agosto, Jarbas Vasconcelos criticou a forma como a Polícia Federal vinha realizando essas interceptações. Na ocasião, disse que a instituição estava cometendo

exageros ao “grampear todo mundo”. O senador ressalva, no entanto, que “nenhuma das inovações propostas choca-se com a velocidade da investigação; apenas se determina que as autoridades deverão encaminhar o pedido [de interceptação] com fundamentação mais sólida”.

#### Mudanças

Para implementar essas modifi-



**Presidida por Wellington (E), a comissão aprova projeto de Jarbas Vasconcelos (à dir.)**



Célio Azevedo  
Roosevelt Figueiredo

cações, a proposta prevê alterações na Lei 9.296/96. Essa legislação regulamenta o trecho da Constituição que permite as interceptações telefônicas “por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

Ao apresentar seu voto favorável, o senador Expedito Júnior (PR-RO), relator do projeto na CCT, destacou as várias mudanças que o texto

propõe, como a que determina que os pedidos de interceptação terão de conter os números dos respectivos telefones, os titulares das linhas, a data da ativação da interceptação e o nome da autoridade policial responsável.

### Veja as principais mudanças apresentadas no projeto

No projeto que apresentou para alterar os procedimentos de autorização de interceptação telefônica, Jarbas Vasconcelos propõe uma série de medidas. O senador Expedito Júnior, relator da proposta no âmbito da CCT, destacou ontem as seguintes modificações:

– Não será admitida a interceptação quando o fato investigado constituir crime com pena mínima igual ou inferior a um ano.

– O pedido de interceptação somente poderá ser formulado verbalmente quando houver risco de vida para uma pessoa. Nessa hipótese, em caráter excepcional, o juiz dispensará momentaneamente um ou mais requisitos previstos na lei.

– Caso a autoridade policial requisite serviços técnicos especializados à concessionária, para a interceptação, deverá acompanhar todos os atos necessários à realização da medida.

– Ao término da instrução processual, todas as pessoas que tiveram suas comunicações interceptadas deverão ser comunicadas, salvo se o juiz entender que essa providência prejudicará outras investigações.

– O projeto prevê aumento de 1/3 até metade da pena se o crime de interceptação ilegal for praticado por funcionário público (a pena hoje é de reclusão de 2 a 4 anos e multa).

### Fim da licitação para itens sigilosos do programa nuclear

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei que dispensa de licitação os itens que envolvam “segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos” – como é o caso dos itens relacionados ao programa nuclear brasileiro. O autor da matéria, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ressaltou que a apresentação dessa proposta “foi uma solicitação da Marinha”.

Crivella lembrou que a Marinha vem desenvolvendo o domínio sobre o ciclo de enriquecimento de urânio (necessário para a geração de energia nuclear), “o que inclui muitos conhecimentos e tecnologias sigilosos,

que pouquíssimos países detêm”. O senador também argumentou que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), ao exigir que os editais de compras públicas discriminem especificações e dados técnicos, pode expor assuntos estratégicos que envolvam alta tecnologia. Ou seja, outros países poderiam descobrir – por meio das licitações – programas ou linhas de ação do governo brasileiro que, de outra forma, seriam secretos.

– Os rigores da Lei de Licitações não devem ser aplicados quando o interesse nacional impõe a necessidade de se preservar determinados sigilos – argumentou ele.

#### Substitutivo

O substitutivo apresentado pelo senador Augusto Botelho (PT-RR) não alterou a essência do texto original. Ele está entre os que defendem mais investimentos nas pesquisas sobre energia nuclear. Em julho, ao visitar uma das unidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), ele afirmou que pretendia “ver de perto o programa nuclear desenvolvido pela Marinha e, portanto, ver de perto o programa nuclear brasileiro”.

O projeto (PLS 269/06) ainda será examinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em caráter terminativo.



**Jefferson diz que bancada quer posição do PDT contra tentativa**

### Bancada pede ao PDT posição contra terceiro mandato

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), comunicou ontem ao Plenário que a bancada do partido no Senado encaminhou pedido à Executiva Nacional para que se pronuncie contrariamente às tentativas, já concretizadas numa proposta de emenda à Constituição (PEC), de permitir uma segunda reeleição do presidente Lula.

Segundo Jefferson, o temor dos senadores pedetistas é de que a iniciativa se transforme numa grande campanha e exerça pressão sobre o Congresso.



**Camata: estado do Espírito Santo é um dos que mais estudam a área**

### Camata destaca estudos sobre matriz energética

Gerson Camata (PMDB-ES) destacou a realização, em Guarapari, do 25º Congresso Brasileiro de Agronomia, focado na busca de alternativas para a matriz energética brasileira. De acordo com o senador, o Espírito Santo está entre os estados que mais estudam a área, tendo adquirido, inclusive, um lote de sementes do pinhão manso de Rondônia para investigar seu potencial de produção de biodiesel.

– O fim da era do uso de combustíveis fósseis é uma realidade – observou o senador.

Geraldo Magela

Geraldo Magela

Representantes dos fundos nacionais de Desenvolvimento da Educação, de Ciência e Tecnologia e de Assistência Social estão entre os convidados para depor

## CPI decide ouvir fundos setoriais sobre repasse de recursos a ONGs

Os critérios para repasses de recursos de fundos setoriais a entidades sem fins lucrativos serão debatidos pela CPI das ONGs, conforme requerimentos aprovados ontem pelos integrantes do colegiado. A comissão parlamentar de inquérito foi criada para investigar irregularidades na liberação de recursos públicos para as organizações não-governamentais (ONGs) e para as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

Serão convidados a falar à CPI, conforme propostas do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), representantes dos fundos nacionais de Desenvolvimento da Educação; de Ciência e Tecnologia; e de Assistência Social. Também foi aprovado convite ao presidente do Fundo de Amparo ao Trabalhador e da Fundação Banco do Brasil, por sugestão de Heráclito Fortes (DEM-PI).

Outros 22 requerimentos foram acolhidos por consenso e apenas



Sibá Machado (E), Fátima Cleide, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Mozarildo

um, apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado após votação. Conforme a proposta de Alvaro, será convidado a falar à CPI o responsável pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), Fábio Rodrigues Rolim. Sibá Machado (PT-AC) queria o sobrestamento do requerimento até que a comissão recebesse os documentos sobre o IBDS solicitados à Controladoria Geral da União e os já reunidos em investigação anterior – feita pela CPI dos Bingos. Alvaro Dias,

no entanto, argumentou que Fábio Rolim não chegou a ser investigado pela CPI dos Bingos, por falta de tempo daquela comissão, justificando assim a convocação de representante do instituto.

O presidente da CPI das ONGs, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), acolheu sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apoiada por todos os senadores, no sentido de que as pessoas chamadas a falar ao colegiado sejam convidadas e não convocadas.



Deputado Ricardo Barros (E) e senador José Maranhão na reunião da CMO

## Comissão tenta votar hoje relatório preliminar do Orçamento de 2008

Pelo segundo dia consecutivo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) não pôde discutir e votar o relatório preliminar apresentado ao projeto do Orçamento Geral da União para 2008. O deputado Vanderlei Macris (SP), do PSDB, pediu verificação de quórum e a sessão foi encerrada porque não estavam presentes pelo menos seis senadores.

Macris sustentou que manifestava com o gesto sua insatisfação com o governo por ter incluído em um projeto de liberação de verbas para o Judiciário “uma lista enorme” de obras no Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

O deputado Gilmar Machado

(PT-MG) disse que “está claro” o objetivo das oposições de obstruir a tramitação do Orçamento:

– A oposição quer atrasar o Orçamento ao máximo até que seja resolvido o problema da CPMF. O governo, por sua vez, quer acelerar e votar o Orçamento antes da prorrogação da CPMF.

O presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), convocou nova reunião para as 15h de hoje, véspera do feriado, o que gerou protestos de alguns parlamentares. Vanderlei Macris afirmou que, se o governo não negociar a retirada da lista de obras do PPI do projeto do Judiciário, pedirá verificação de quórum.

## Depois de quase quatro meses, Congresso se reúne

O 1º vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência da Mesa do Congresso, deputado Nárcio Rodrigues (PSDB-MG), deve convocar sessão do Congresso nos próximos dias para votação de 60 pedidos do governo de créditos extraordinários para órgãos públicos.

A informação foi dada pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG) à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que já aprovou os pedidos.

Será a primeira reunião desde 11 de julho, quando os deputados e senadores votaram o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 e alguns créditos extraordinários.

O senador Renan Calheiros, presidente do Senado e da Mesa do Congresso e hoje sob licença, evitou nesse período convocar sessões do Congresso, pois alguns deputados prometiam questionar sua autoridade, por causa dos processos de quebra de decoro parlamentar que ele enfrenta no Conselho de Ética do Senado.

## Comissão aprova cinco acordos internacionais e parabeniza PF

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis a cinco projetos de decreto legislativo que se referem a textos de acordos internacionais. Entre eles se encontra o PDS 112/07, que aprova o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Reino Unido, celebrado em abril de 2005, cujo relator *ad hoc* foi o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Em seu voto favorável, o relator observou que somente com uma “ágil e eficiente” interlocução entre os países será possível enfrentar crimes como a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas e de armas e o terrorismo. O tratado, a seu ver, poderá proporcionar a melhoria das condições de vida de populações “quase sempre indefesas” em relação ao crime organizado.

O segundo projeto colocado em votação foi o PDS 221/07, que aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a República de Gana, firmado em abril de 2005. O relator *ad hoc* foi Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Dois outros projetos referem-se

a acordos firmados com o governo de Angola em 2005. Ambos tiveram como relator *ad hoc* o senador Pedro Simon (PMDB-RS). O primeiro deles (223/07) aprova o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas. O segundo (227/07) aprova o Acordo de Extradicação entre os dois países.

O último projeto votado (225/07), cujo relator *ad hoc* foi Antônio Carlos Valadares, aprova emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979. Segundo o voto do relator, as emendas promovem maior eficiência aos serviços de busca e salvamento.

A comissão aprovou ainda dois requerimentos. O primeiro deles, de Magno Malta (PR-ES), apresenta voto de aplauso à Polícia Federal por sua atuação na prisão do traficante internacional de drogas Juan Abadia. O relator *ad hoc* foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O segundo, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresenta voto de aplauso ao economista Alan Greenspan, pelo lançamento de seu livro *A era da turbulência: Aventuras em um mundo novo*. O relator *ad hoc* foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



Segundo Marcelo Crivella, continente sul-americano deve ser fortalecido

## Crivella defende adesão da Venezuela ao Mercosul

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a entrada da Venezuela no Mercosul como forma de estimular o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste e garantir fortalecimento do continente sul-americano. Mensagem do Executivo nesse sentido foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara há duas semanas. Após a tramitação naquela Casa, a proposta segue para o Senado.

Crivella anunciou ter requerido informações ao presidente da Petrobras e ao ministro de Minas e Energia sobre a decisão dessa empresa de reduzir o fornecimento de gás natural a distribuidoras.



Mão Santa afirma que povo argentino deu uma lição de democracia na eleição

## Mão Santa diz que Brasil precisa “fugir da cleptocracia”

Ao comparar a eleição argentina com a brasileira, Mão Santa (PMDB-PI) disse que o Brasil vive uma barbárie. Destacado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para acompanhar como observador o pleito realizado no último domingo, que teve a primeira-dama e senadora Cristina Kirchner eleita já no primeiro turno, o senador piauiense destacou que o povo argentino deu uma lição de democracia.

– Acompanhei o pleito e não vi uma discussão. Temos que cultivar a democracia e fugir da cleptocracia e da plutocracia que se instalou no Brasil – afirmou.

Debate de mais de seis horas na CCJ sobre prorrogação de contribuição revela divergências entre Fiesp e ex-ministro e até mesmo na base do governo

## Contra o tributo, 1,3 milhão de assinaturas

Abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas de brasileiros contrários à renovação da CPMF foi entregue ontem pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, à senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da proposta apresentada pelo governo ao Congresso para renovar a cobrança do tributo por mais quatro anos.

Organizadas em vários volumes, as folhas do documento chegaram à comissão em carrinhos de supermercado empurrados por assessores de Skaf. A passagem do documento às mãos de Kátia Abreu, marcada por aplausos, aconteceu logo depois de sua participação em audiência que debateu a matéria.

A manifestação foi classificada pelo presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), como uma demonstração de democracia participativa.

# Palocci e Skaf divergem sobre CPMF

Após mais de seis horas de discussão, a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011, o ex-ministro da Fazenda e relator da PEC na Câmara, deputado Antonio Palocci (PT-SP), reafirmou que o fim da cobrança do tributo colocaria em risco o equilíbrio das contas públicas.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, no entanto, respondeu que o país já “ultrapassou a barreira da estabilidade econômica”, e que, agora, precisa seguir adiante. Para ele, é um erro recriar a CPMF num momento em que o

país registra recorde de arrecadação e em que toda sociedade reage aos malefícios da alta carga tributária. Ele insistiu em que os mais pobres tendem a ser os mais penalizados pela cobrança da CPMF, já que ela incide sobre a cadeia produtiva na mesma proporção para todas as classes sociais.

Ao questionar os debatedores, a relatora da proposta (PEC 89/07) na CCJ, Kátia Abreu (DEM-TO), expôs raciocínio semelhante. Para ela, o país nunca mais terá outra oportunidade como essa para reduzir sua carga de impostos. Ela pontuou que a derrubada da CPMF seria uma forma de iniciar a reforma tributária que há tempos é adiada.

A relação entre CPMF e reforma tributária também foi marcante nos argumentos do advogado tri-

butarista Antonio Carlos do Amaral, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Para ele, “se a CPMF passar, a reforma não sai nunca”.

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou não perceber a mesma disposição do governo “para concretizar a reforma tributária que tem sido demonstrada para aprovar a CPMF”.

### Manifesto

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao presidente da Fiesp se o 1,3 milhão de pessoas que assinaram o manifesto contra a prorrogação do tributo recebiam o Bolsa Família. Paulo Skaf respondeu que o fato de uma parte dos recursos ir para programas sociais não impede o governo de buscar, na arrecadação crescente de outros impostos, a fonte para esses mesmos programas.

José Agripino (DEM-

RN) ressaltou que, sem a redução da carga tributária, os agentes econômicos continuarão desencorajados a investir.

Ao contrário do que defendeu Antonio Palocci, Agripino disse que o crescimento da arrecadação não se deve apenas ao melhor desempenho da economia, mas também à ampliação de alíquotas dos tributos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou sua condição de médico para dizer que se sente “traído” com a prorrogação da CPMF, já que os recursos não se destinam à área de saúde.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que o setor de saúde conta hoje com recursos da ordem de 1,37% do PIB, contra uma participação de 2,12% quando a CPMF foi instituída há 11 anos.

## Tião Viana: saúde poderá obter R\$ 8 bi adicionais

A aprovação do projeto de lei complementar que regula a Emenda 29 (PLS 121/07), no qual são definidos os percentuais mínimos a serem aplicados em saúde pública, poderá render R\$ 8 bilhões ao setor em 2008, além dos recursos já previstos no Orçamento da União. A avaliação foi feita pelo presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), autor da proposição.

O senador comentou ainda a aprovação, na Câmara, de substitutivo do deputado Guilherme Menezes (PT-BA) ao projeto 1/03, que também regulamenta a emenda. A subemenda contém a proposta do governo para vincular o aumento anual dos gastos com o setor à variação nominal do PIB.

Tião Viana explicou que o PLS 121/07 deverá ser debatido pelo Senado após a desobstrução da pauta do Plenário.

### Expedito Júnior



## Acordo proposto pelo Executivo não é “confiável”

Expedito Júnior (PR-RO) citou o exemplo da lei do gás, aprovada no Senado depois de muita discussão e arquivada semana passada na Câmara, para afirmar que o acordo proposto pelo governo para aprovar a prorrogação da CPMF não pode ser aceito.

– O arquivamento do projeto de lei do gás é demonstração clara e inequívoca de que esse tipo de acordo não pode ser confiável – disse Expedito Júnior, lembrando que o acordo inclui modificações a serem votadas posteriormente.

### Ideli Salvatti



## Negociações para prorrogação estão em “bom caminho”

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), anunciou ter participado de reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, após encontro deste com representantes do PSDB. Ela disse estar convencida de que as propostas debatidas para aprovar a prorrogação da CPMF e a regulamentação da Emenda 29 estão “num bom caminho”.

Ideli informou que está articulando para que tenha igual atenção dos parlamentares regime de urgência para o projeto de piso nacional do magistério.

### Arthur Virgílio



## Enquadramento da União na LRF e redução de gastos

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comentou o almoço que reuniu a bancada do partido, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP) e o ministro Guido Mantega.

Ele informou que a oposição cobrou do governo federal, além da redução da alíquota da CPMF, o enquadramento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e propôs a criação de um redutor de gastos públicos (0,2%) sobre o total dos gastos do governo.

### José Agripino



## Números da Fiesp reforçam posição contra a proposta

A audiência da Comissão de Justiça reforçou a convicção do líder do DEM, José Agripino (RN), de que o Brasil se beneficiará com a não prorrogação da CPMF.

O que solidificou sua posição de votar contra, informou, foram os números citados por Paulo Skaf, da Fiesp, segundo os quais os cerca de R\$ 40 bilhões que o governo deixaria de arrecadar com o fim da CPMF seriam compensados com receitas adicionais não previstas na proposta orçamentária para 2008.

### Flexa Ribeiro



## Verba para saúde caiu a partir da contribuição

Ao criticar argumento de governo para justificar a necessidade de prorrogação da CPMF, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a sua instituição, ao invés de aumentar, provocou uma redução nos recursos para a saúde pública.

Lembrou que em 1995, antes da adoção da CPMF, a União investia o equivalente a US\$ 85,71 dólares *per capita* por ano em serviços de saúde, sendo que em 2005, já com a contribuição sendo arrecadada, o investimento *per capita* caiu para US\$ 77,47.

## Azaredo alerta para perigos da hepatite

Citando artigo do médico João Galizzi Filho, Eduardo Azaredo (PSDB-MG) alertou para os perigos das hepatites B e C no país, que foram debatidas no 19º Congresso Brasileiro de Hepatologia, em Ouro Preto.

Ele disse que estudo sobre hepatites virais nas capitais revelou que no país há cerca de 2 milhões de pessoas com hepatite B crônica e 30% delas (600 mil) evoluíram ou já têm cirrose hepática.



Azaredo: 2 milhões no país com a hepatite B crônica



Malta: Cachoeiro do Itapemirim não apresentou projeto a tempo

## Malta lamenta que Cachoeiro não terá vila olímpica

Magno Malta (PR-ES) lamentou o fato de Cachoeiro do Itapemirim (ES) ter perdido a implantação de uma vila olímpica por falta de projeto a ser apresentado ao Ministério do Esporte. Conforme o senador, a bancada do estado conseguiu a liberação de R\$ 5 milhões, junto ao governo federal, para dois projetos de vilas olímpicas.

– Mas, infelizmente, somente um município capitava, o de Nova Venécia, apresentou o projeto com antecedência e conseguiu os recursos dentro do prazo do Orçamento – explicou.

## Quintanilha saúda realização da Copa de 2014 no Brasil

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que o Brasil tem duas grandes comemorações no futebol este ano: a escolha, pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e a decisão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de realizar, no próximo ano, o campeonato brasileiro feminino.

Quintanilha afirmou que a Copa de 2014 fortalecerá o futebol e também a economia e divulgará o Brasil no exterior.



Evento fortalecerá o futebol e a economia, afirma Quintanilha

Presidente interino diz que a decisão de publicar na internet como cada parlamentar utiliza os R\$ 15 mil que recebe mensalmente para custeio de despesas com o exercício do mandato beneficiará a Casa e os senadores

# Viana considera positiva divulgação de como é usada verba indenizatória

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que será um feito positivo para o Senado e para os senadores a publicação, na internet, das formas de utilização da verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais a que cada parlamentar tem direito para o exercício do mandato.

Tião Viana disse que não há motivo para alguém se constriar com medidas como essa.

– O entendimento preliminar que tivemos sobre a publicação dessa verba foi que haveria um diálogo do primeiro secretário com os líderes partidários. Havendo concordância deles, nós adotaríamos a medida. Não há necessidade de se criar qualquer tipo de

constrangimento ou de isso significar qualquer ato de vaidade de quem quer que seja. É apenas um ato simples de decisão a favor do Senado e dos senadores – considerou.

Segundo Viana, hoje “nada defende melhor o Senado como instituição e o mandato dos senadores do que caminharmos para a transparência definitiva em nossas atividades, no nosso exercício da função”. Ampliar a visibilidade do Senado perante a sociedade se traduzirá na criação de um grande escudo protetor da Casa e dos seus integrantes, observou.

– O que importa é que, após essa fase de interinidade, haja continuidade dessas medidas, ou com o retorno do senador Re-

nan Calheiros [presidente licenciado do Senado] ou com uma eventual decisão inovadora do próprio PMDB – enfatizou Tião Viana.

### Prazo

Quanto à possibilidade de ficar na Presidência do Senado até fevereiro do próximo ano – prazo que muitos jornais vêm apontando como aquele em que se realizará de fato a sucessão na Casa –, Viana disse trabalhar com o entendimento de que no dia 26 de novembro haverá uma resposta de Renan ou do PMDB. O senador afirmou acreditar no retorno de Renan à Presidência.

– Mas, não sendo assim, tem que ser uma decisão do PMDB – explicou.

O presidente interino

salientou ainda estar cumprindo com muita tranquilidade e com pleno apoio dos colegas essa situação de transição.

Na mesma entrevista, o senador foi indagado sobre sua expectativa para a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF. Tião Viana respondeu que “o entendimento em torno do assunto está avançando e o PSDB tem demonstrado coragem e determinação em argumentar na defesa de mais recursos para a saúde e de uma revisão tributária geral”.

– Como o governo tem acolhido muitas dessas idéias, o resultado das discussões será o entendimento – concluiu.

## Ex-contador confirma, mas não comprova sociedade

O economista e ex-contador do Grupo *O Jornal*, José Amilton Barbosa dos Santos, confirmou ontem, em depoimento no Conselho de Ética, que o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, era mesmo o dono, juntamente com o usineiro João Lyra, de uma sociedade secreta, registrada em nome de “laranjas”, que se referia à propriedade de empresas de comunicação em Alagoas.

O depoimento de Santos foi tomado em caráter reservado, no gabinete do presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). O convite ao contador partiu do senador Jefferson Péres, relator do processo que investiga se Renan e Lyra eram mesmo proprietários, utilizando-se de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

Segundo a revista *Veja* desta semana, o contador

foi o supervisor contábil das empresas comandadas pelo senador e pelo usineiro entre 1999 e 2005, período em que os dois teriam mantido a sociedade. Ainda de acordo com a revista, Santos foi demitido do grupo em maio de 2006, dois anos depois de desfeito o grupo, hoje comandado somente por Lyra.

Na avaliação de Jefferson Péres, o testemunho de José Amilton Santos foi limitado, pois não houve qualquer fato concreto que comprovasse ser Renan realmente o dono das empresas de comunicação.

– Ele [Amilton Santos] se limitou a dizer que todos os empregados do jornal sabiam que Renan era sócio oculto da empresa, mas não quis dar nenhum nome de funcionário que pudesse ser ouvido por nós – contou o relator, ao reafirmar que pretende entregar seu relatório sobre o caso até o próximo dia 14 de novembro.



Marcelo (E), Quintanilha, Jefferson e o assessor do Conselho, Florian

## Jefferson: juiz limitou-se a falar de denúncias contra Lyra

Em depoimento ao Conselho de Ética, o juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira, disse ontem que não é possível fazer qualquer tipo de ligação entre as acusações que pesam contra o usineiro João Lyra por um suposto assassinato em Alagoas e a compra das emissoras de comunicação no Estado.

– Meu depoimento foi uma oportunidade para relatar aos senadores a gravidade do crime organizado em Alagoas – afirmou o juiz, após seu depoimento.

Marcelo foi convidado a depor ao senador Jefferson

Péres (PDT-AM), relator do processo que investiga se o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, teria comprado, em parceria com Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

A oitiva do juiz deve-se ao fato de ele ter acusado João Lyra, em notícia crime do Supremo Tribunal Federal (STF), de ser o autor intelectual do assassinato do funcionário da Secretaria da Fazenda Sílvio Viana, que investigava denúncia de crimes tributários praticados por Lyra.



Raupp diz que projetos para o setor funcionarão só depois de 2012

## Raupp teme nova crise energética a partir de 2011

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse temer uma nova crise energética a partir de 2011. Ele disse que especialistas já avisaram sobre a provável crise, consequência principalmente do crescimento da economia. Os atuais grandes projetos do governo no setor, acrescentou, são as usinas do rio Madeira em Rondônia (Jiral e Santo Antônio), a retomada da usina nuclear Angra 3 e a usina de Belo Monte (PA).

– Entretanto, nenhum desses empreendimentos deve entrar em funcionamento antes de 2012 – alertou.

## Ministro debate centrais sindicais

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, participa hoje de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir o reconhecimento formal das centrais sindicais e o Imposto Sindical, conforme projeto de lei do governo federal aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado no último dia 23. A audiência será realizada conjuntamente com as comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PL 1.990/07, na Câmara) determina, entre outras regras, que as centrais sindicais passem a receber 10% do total da contribuição sindical recolhida anualmente dos trabalhadores.

Gerardo Magela



Cristovam observa que escola une empregador e futuro empregado

### Cristovam: falta qualificação no mercado

Cristovam Buarque (PDT-DF) se dirigiu a 750 mil brasileiros que, de acordo com reportagem do jornal *O Globo*, continuaram desempregados mesmo se apresentando a vagas anunciadas por uma agência de emprego. As vagas continuaram abertas, lamentou o senador, porque os candidatos não tinham qualificação para ocupá-las.

– Está na hora de fazer o casamento entre os que querem emprego e os que querem empregar, e quem faz esse casamento é a escola – salientou.

### Augusto Botelho lamenta mortes no trânsito em RR

De janeiro a setembro de 2007, o trânsito em Roraima matou 102 pessoas, 20 a mais do que entre janeiro e julho do ano anterior. Até agora foram 2.154 sinistros, segundo informações do Departamento de Trânsito do estado (Detran), e mais da metade deixou vítimas, número considerado absurdo pelo senador Augusto Botelho (PT-RR) para um estado com menos de 400 mil habitantes.

Augusto ressaltou ainda que 500 pessoas são internadas por mês nos prontuários da capital, vítimas do trânsito.

Gerardo Magela



De janeiro a setembro, trânsito matou 102 pessoas no estado

Apesar de lamentar decisão, Demostenes reconhece que voto em separado incluiu grande parte de suas recomendações, que podem ter seqüência nas investigações da Polícia Federal e do Ministério Público

Jane Araújo



Ao lado de Casagrande, Demostenes (1º à esq.) diz que “tubarões ficaram livres”. Agripino (ao microfone) e outros opositores criticam decisão

Jane Araújo



## CPI rejeita relatório de Demostenes e livra de indiciamento nove acusados

Por seis votos a favor e um contrário, a CPI do Apagão Aéreo aprovou ontem voto em separado do senador João Pedro (PT-AM) que excluiu nove pessoas da lista de 23 de quem o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), havia pedido o indiciamento. Entre as pessoas excluídas está o deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), que, segundo o relator, teria cometido irregularidades quando presidiu a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), de 2003 a 2005. Antes da votação, senadores da oposição se retiraram da reunião, em protesto, ficando apenas Demostenes, que votou contra a aprovação do voto em separado.

O relatório derrotado de Demostenes acusa Carlos Wilson de ter

chefiado um esquema, montado na Infraero para fraudar licitações que, conforme avaliou, pode ter chegado a R\$ 500 milhões. O voto em separado de João Pedro, entretanto, além de absolver Carlos Wilson das acusações, pede a retirada do relatório do nome de pessoas ligadas à Infraero que foram citadas por Demostenes como tendo praticado crime de improbidade administrativa, a exemplo de Mário de Ururahy Macedo Neto, que chegou, recentemente, segundo o relator, a ser demitido, por corrupção, a mando do ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage.

#### Sardinhas

Apesar de lamentar a rejeição de

seu relatório, Demostenes reconheceu que o voto em separado incluiu grande parte de suas recomendações, que, observou, terão seqüência com o aprofundamento das investigações pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Dessas recomendações, citou a que permite auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e CGU destinadas a apurar possíveis irregularidades na venda de espaços comerciais e publicitários em todos os aeroportos.

– Lamento que, no final, só tenham sido apanhadas sardinhas, sendo que os tubarões ficaram livres, apesar da farta abundância de provas contidas no relatório – declarou Demostenes Torres.

### Mário Couto afirma que “Lula protege corruptor”

Jane Araújo



“Presidente Lula manda nesta Casa”, protesta Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) se disse indignado com a rejeição do relatório de Demostenes Torres na CPI do Apagão Aéreo. Pela manhã, em reunião da CPI, o senador João Pedro pediu e teve aprovado voto em separado, excluindo pessoas da lista de quem o relator havia pedido o indiciamento, entre elas

o ex-presidente da Infraero e atual deputado Carlos Wilson (PT-PE).

– Foi visto hoje que aqui nenhuma CPI tem resultado positivo, porque o presidente Lula não deixa. Ele manda nesta Casa. Aqui ele protege corruptos e quadrilhas de corruptos – protestou Mário Couto.

Para o parlamentar, o que ocorreu na CPI pode ser tomado como exemplo de que Lula vai tentar um terceiro mandato. Ele mencionou o projeto do deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) propondo um plebiscito sobre a possibilidade de uma nova eleição do atual presidente da República.

### Para Colombo, resultado desaponta sociedade

Gerardo Magela



Colombo diz que “bancada do governo livrou Carlos Wilson”

Raimundo Colombo (DEM-SC) afirmou ontem que a sociedade brasileira tem o direito de se sentir enganada após o resultado da CPI do Apagão Aéreo, que encerrou seus trabalhos rejeitando o relatório do senador Demostenes Torres e aprovando o voto em separado apresentado pelo senador João Pedro.

Colombo assinalou que a bancada do governo, especialmente os senadores do PT, cumpriram a “missão clara”, ordenada pelo governo, de livrar Carlos Wilson do indiciamento, apesar de o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontar a ocorrência de corrupção durante o período em que o deputado presidiu a Infraero.

– Falar que não existe crise aérea no país é desconhecer a realidade das pessoas. Não se pode tratar isso com descaso, pois ocorreram dois acidentes aéreos com vítimas – alertou.

Para Colombo, interessa ao governo desgastar o Senado, que perdeu uma oportunidade de resgatar sua imagem.

### Cícero Lucena apóia Ronaldo Cunha Lima

Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou ontem seu apoio e solidariedade ao ex-governador, ex-senador e ex-deputado Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB). Cunha Lima renunciou a seu mandato para responder a processo no Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) por tentativa de homicídio contra o ex-governador da Paraíba, Tarcísio Burity, já falecido.

Em 1993, Cunha Lima ocupava o cargo de governador e atirou contra Burity, deixando-o em estado de coma, mas foi perdoado posteriormente pela vítima. Segundo Lucena, Ronaldo Cunha Lima sofre até hoje em consequência “daquele gesto pessoal”. Ele sublinhou que o renunciante diz “que será julgado por uma atitude tomada como cidadão, não como político”.



Gerardo Magela

Editorial defende iniciativa proposta por Suplicy na CAE

### Suplicy lê pedido por inversão de fase nas licitações

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem editorial publicado no dia anterior pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que defende a inversão de fases nos processos licitatórios nos três níveis de governo, previsto no projeto de lei do Poder Executivo (PLC 32/07) que moderniza esses processos e amplia a utilização do chamado pregão eletrônico, que são as licitações feitas por meio da internet.

O senador foi o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A inversão de fases, prevista no substitutivo de Suplicy, foi alterada por emenda apresentada e aprovada na comissão pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).



Dornelles: decisão da estatal afeta milhares de pessoas

## Dornelles protesta contra corte de gás pela Petrobras

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou a decisão da Petrobras de reduzir em 17% o fornecimento de gás natural a postos e indústrias na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Cobrando uma intervenção do presidente Lula, Dornelles afirmou que a Petrobras tem que compreender que não pode tomar uma medida que afeta milhares de empresas e pessoas. Ele manifestou apoio à iniciativa do governador Sérgio Cabral de exigir que fosse restabelecido o fornecimento de gás.

## Paim propõe audiência sobre questão do leite

Ao externar sua preocupação com a adulteração do leite no país, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que acertou com o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a realização de uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, da qual Paim é presidente, para tratar do assunto.

O representante gaúcho não descartou a possibilidade de recolher assinaturas para a criação de uma CPI, se for necessário.



Paim não descarta criação de CPI para investigar adulteração

Sugestão de procuradora de Justiça do Rio de Janeiro, durante audiência pública, é aceita por Flávio Arns, que defende apresentação de proposta ainda este ano

# Regras para combate à pirataria podem ser reunidas em um código

O anteprojeto de lei de combate à pirataria poderá ser transformado em projeto de código contra esse tipo de crime, afirmou ontem o senador Flávio Arns (PT-PR), em audiência pública na Comissão de Educação (CE). Ele disse que o código incluiria a biopirataria, para proteger a fauna e a flora brasileiras contra a ação de multinacionais farmacêuticas.

Além da indústria de áudio e vídeo e da biopirataria, o código abrangeria cópias não autorizadas na área de informática. A idéia encampada por Flávio Arns foi apresentada, durante a audiência, pela procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro Lilian Moreira Pinho.

Por sua vez, o desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, defendeu a indenização punitiva

como um dos instrumentos contra a pirataria.

### Recursos

O coordenador especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal, Mauro de Brito, afirmou que os órgãos públicos estão cumprindo o seu papel e sua missão no combate à pirataria. Ele observou que é necessário um melhor aparelhamento com mais recursos humanos e materiais para o combate a esse tipo de crime e ao contrabando.

Já o delegado da Polícia Federal



No debate na CE, Damasceno, Leonardo, Brito, Cristovam, Lilian e André Gustavo

(PF) Arcelino Damasceno sugeriu que o consumidor de produtos piratas também seja punido. Ele informou que a PF intensificou o combate à pirataria na Ponte da Amizade e no Lago de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, e reforçou o efetivo da Delegacia de Guaíra, no Paraná. O presidente da Associação Brasileira de Propriedade Industrial, Gustavo Leonardo, também defendeu maior rigor na legislação de combate a esse crime.

Flávio Arns propôs que a série de audiências públicas sobre o anteprojeto seja encerrada e se passe à fase de elaboração do projeto, que, assinalou, poderá ser apresentado ainda este ano. As audiências são promovidas em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.



Alvaro (E), Josué Ferreira, Jefferson Péres e Garibaldi participam de simpósio sobre crime

## Secretário nacional de Justiça sugere estratégia contra lavagem de dinheiro

“Prender não é suficiente. Você tem que atingir a estrutura financeira das organizações criminosas”, disse o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, no 1º Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas, aberto ontem no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Violência urbana, legalização das drogas, inchaço das penitenciárias, redução da maioria penal no Brasil e impunidade foram os principais pontos discutidos ontem. O

debate contou com a participação dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Valter Pereira (PMDB-MS) e Edison Lobão (PMDB-MA).

Estiveram na Mesa de abertura do simpósio, coordenando a primeira parte dos debates, o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia; o presidente do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb), Josué dos Santos Ferreira; e a diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Zoghbi.

Participam do evento, que será encerrado hoje, representantes de vários órgãos do governo federal.

## Discriminação contra homossexuais volta a debate em comissão

O projeto de lei da Câmara que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais volta hoje ao debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portella. A proposta (PLC 122/06), de autoria da então deputada Iara Bernardi, recebeu parecer favorável da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), que rejeitou emendas.

Fátima Cleide lembra, em seu relatório, que o Poder Judiciário de alguns estados, em diversas decisões, tem conferido estatuto jurídico à união afetiva entre pessoas do mesmo sexo e concedido a seus membros os direitos correspondentes a essa união. A relatora ressalta que a Previdência Social já reconhece como dependentes os companheiros de tal união estável.

Na mesma reunião, a comissão examinará requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para a realização de audiência com a finalidade de discutir questões relativas às aposentadorias especiais. Logo após, a CDH promoverá audiência para debater o imposto sindical.



Ideli diz que turismo catarinense já suplanta o da Bahia e do Rio

## Ideli destaca crescimento de Santa Catarina

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou em discurso no Plenário o “forte crescimento econômico” experimentado pelo estado de Santa Catarina nos últimos meses, em todas as áreas de atividades – do turismo à metalurgia.

Recorrendo a dados e informações divulgados pela mídia regional, a senadora registrou que Santa Catarina já se coloca como o melhor destino turístico do país, suplantando a Bahia e Rio de Janeiro, dois estados que sempre foram destaques nesse segmento.



César Borges aplaude anúncio do presidente Lula no estado

## Borges comemora mais investimentos federais na Bahia

César Borges (PR-BA) festejou os investimentos federais em infra-estrutura para a Bahia, anunciados em recente visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao estado.

– Vamos continuar cobrando investimentos em infra-estrutura para trazer o desenvolvimento integrado para a Bahia. Aplaudimos essas medidas e vamos colaborar para que o estado continue a receber o que merece – disse o senador. Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou César Borges pela sua adesão ao Partido da República.